



TEOLOGIA E BIOÉTICA E SUAS INTERCONEXÕES COM AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE - CEBS

BOBATO, Nadia Mendes ¹

SOUZA, Waldir ²

Resumo: O artigo mostra através do olhar da Teologia e da Bioética, o *link* destas ciências com as questões sociais, particularmente nas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, procurando situá-las num contexto eclesial e social tendo em vista os vários aspectos conjunturais em que todos estão inseridos. O objetivo deste artigo é identificar a relação entre teologia e bioética nas Comunidades Eclesiais de Base e mostrar a necessidade de se pensar no âmbito da reflexão teológica uma bioética voltada para as questões sociais, em suas mutações constantes e em sua realidade multifacetária. O método utilizado é o qualitativo bibliográfico. No artigo pode-se observar que as Comunidades Eclesiais de Base possuem uma estrutura organizacional e hierárquica sempre voltada em desenvolver atividades, conhecimentos para promover um despertar de consciência e engajamento de todos para uma prática cristã transformadora. Essas comunidades, no compromisso com a realidade dos excluídos, faz de todos protagonistas de sua própria realidade. O caminho das CEBs é o caminho da vida onde teologia e bioética fazem-se presentes, procurando ir ao encontro aos anseios de todos, dando-lhes o direito à vida e resgatando sua dignidade.

Palavras chaves: Comunidades Eclesiais de Base; Teologia; Bioética

Como referenciar este trabalho:

BOBATO, Nadia Mendes. SOUZA, Waldir. **TEOLOGIA E BIOÉTICA E SUAS INTERCONEXÕES COM AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE - CEBS**. Caderno Teológico da PUCPR, Curitiba, v.2, n.1, p.97-112, 2014.

¹ Bacharel em Teologia pela PUCPR, nadiabob@uol.com.br

² Professor do Curso de Teologia da PUCPR, wacasouza@yahoo.com.br

³ Atualmente, treze Intereclesiais, pois o último foi realizado em 2014.

1. INTRODUÇÃO

O que é a vida humana? Como promover a humanidade sem extrapolações?

Quais são as delimitações a favor da vida? O que esperar da Teologia e da Bioética em relação às pessoas vulneráveis? É dentro desta linha de questionamentos que o artigo será desenvolvido. Pretende-se mostrar através do olhar da Teologia e da Bioética, o *link* destas ciências com as questões sociais, particularmente nas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, procurando situá-las num contexto eclesial e social, tendo em vista os vários aspectos conjunturais em que todos estão inseridos.

Estes aspectos são relevantes, pois sabemos que toda Comunidade Eclesial de Base vive sempre num contexto sociocultural e a situação em que se encontra uma sociedade não deixa de se refletir para dentro da Igreja. A Igreja faz parte dessa sociedade concreta em suas tensões, expectativas, desafios, realizações e fracassos. A sociedade pluralista de nossos dias, permite ao indivíduo conviver com uma oferta múltipla de visões da realidade. Essas novas circunstâncias provocam a essência e a missão da Igreja.

A fé cristã é sempre a mesma, mas apresenta compreensões e vivências diversas ao longo da história devido à diversidade em torno do social onde vivem os cristãos. Temos acesso a diferentes análises, diferentes abordagens na tentativa de uma síntese delas, a fim de lidar ao menos, com as principais tendências, uma vez que “a missão evangelizadora da Igreja se faz no diálogo com as realidades concretas em que a Igreja se encontra inserida” (CNBB, 2014a, p. 12).

Essa diversidade leva a instituição e os indivíduos a um conjunto de significativas experiências, pois suas práticas procuram ir ao encontro de seus anseios e de seu público, na tentativa de corresponder ao seu ideal de comunidade

Num mundo plural e fragmentado, Pe. Libânio (2012a, p.14) apresenta diferentes cenários da Igreja, considerando que “a Igreja, como instituição, comporta-se dentro de um determinado cenário num duplo movimento. “*Ad intra*”, ela organiza sua própria vida. “*Ad extra*”, tece relações com o mundo político econômico, cultural e religioso circundante”. Desta forma é possível falar do cenário de uma Igreja da instituição, cenário de uma Igreja carismática, cenário de uma Igreja da pregação, cenário de uma Igreja da práxis libertadora, cenário de uma Igreja plural fragmentada

pós-moderna. Enfim, diante de uma Igreja multifacetada e de seus diversos cenários, “em cada cenário, as relações, quer internas quer externas, se configuram de modo diferente” (LIBANIO, 2012b, p.14), os comportamentos e movimentos também se configuram de forma diferente, porém a intenção converge para o dar conta de exigências implícitas nesta pluralidade.

Interessa-nos aqui olhar, mais especificamente, para o cenário de uma Igreja da práxis libertadora

que na América Latina desde os idos de Medellín vem reforçando, aprofundando a opção pelos pobres (...) atravessará a fé, as expressões dogmáticas, dando-lhes nova compreensão. Deixá-las-á intactas na ortodoxia, mas formulará novas interpretações. [...] Ao introduzir o pobre na Igreja, produzirá mudanças profundas em sua organização. As estruturas paroquiais pesadas serão substituídas pelas ágeis comunidades de base (LIBANIO, 2012c, p. 107).

Neste cenário estão as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.

2- UM OLHAR ÀS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

Evidentemente, existem estruturas que sustentam e inspiram a caminhada das Comunidades Eclesiais de Base, como descreve Beozzo (2012a, p. 12):

- a) herança de Jesus e das primeiras comunidades;
- b) a herança do Concílio Vaticano II (1962-1965) e do Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB (1965) e suas posteriores diretrizes;
- c) a herança de Medellín e das demais Conferências do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, Puebla, Santo Domingo e Aparecida;
- d) a herança das CEBs nos seus doze Intereclesiais.³

Numa perspectiva latino-americana, o Povo de Deus é identificado com os pobres. Estar dentro do mundo dos pobres, é o modo concreto de viver das Comunidades Eclesiais de Base. Sendo para os pobres, o assumir sua miséria, sua angústia e a opressão que os aflige, e que encontram sua espiritualidade libertadora na Palavra de Deus, luz para colocar em prática o chamamento do Senhor para a missão na vivência do amor, prática da justiça e da partilha, enfim, anunciar a Cristo e vivenciá-lo.

Recentemente, o Documento 100 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB 2014b, p.119), intitulado Comunidades de Comunidades: uma nova paróquia, a respeito das Comunidades Eclesiais de Base diz que

elas constituem em nosso país, uma realidade que expressa um dos traços mais dinâmicos da vida da Igreja e continuam sendo um sinal da vitalidade da Igreja (...) sendo a presença da Igreja junto aos mais simples, comprometendo-se com eles em buscar uma sociedade mais justa e solidária. Elas constituem uma forma privilegiada da vivência comunitária da fé, inserida no seio da sociedade em perspectiva profética.

Estes elementos debruçam-se sobre estruturas em que

as comunidades deitam suas raízes no próprio sonho de Jesus e de sua prática messiânica, no anúncio do Reino de Deus entre homens e mulheres de seu tempo e na formação de um grupo de seguidoras e seguidores, de discípulos e discípulas, de apóstolos e apóstolas (BEOZZO 2012b, p. 11),

O compromisso com os excluídos parte desta compreensão. Puebla (96) complementa de forma inequívoca que as CEBs converteram-se em centros de evangelização e em motores de libertação e de desenvolvimento.

A especificidade das CEBs, como coloca Clodovis Boff (2000), é a “participação *ad intra*” nos ministérios eclesiais e o compromisso *ad extra*” empenho na vida social em nome da fé e do amor evangélico. E isso se coloca dentro do horizonte maior que é “transformar” as estruturas sociais”.

Pesquisa feita em Comunidades Eclesiais de Base, das diversas Paróquias da Diocese de Curitiba, observou-se uma estrutura organizacional, e hierárquica, formada por uma equipe de coordenadores e coordenadoras, assessores e assessoras, agentes de pastoral, animadores e animadoras. As lideranças são assíduos em espaços de formação, procurando desenvolver conhecimentos voltados às diversas áreas de conhecimento: bíblico, teológico, pastoral, das realidades humanas, das realidades sociais, das realidades políticas, do contexto ecológico, dentre outros, tornando-se desta forma preparados para assim poderem promover um despertar de consciência, e engajamento para uma prática cristã de natureza transformadora.

Participam também em diferentes tipos de atividades, como nos encontros mensais do Grupo de Reflexão e Animação das Comunidades Eclesiais de Base – GRA, em que várias temáticas são colocadas para análise, discussão e reflexão, pois exigem preparação e aprofundamento. Estes temas são atuais, desafiadores e dentro da especificidade das comunidades. Pode-se citar, o tema da Campanha da Fraternidade, sempre voltado para as questões da Igreja e para os problemas sociais. Esses temas são importantes para serem refletidos, aprofundados e difundidos nas

comunidades a fim de mobilizar a todos para um olhar mais atento, tendo em vista as várias formas de práticas de violação da dignidade e da liberdade do ser humano. Um resgate ao que é mais valioso “a vida”, e a vida em plenitude.

Outro tema é a ecologia, o cuidado com o meio ambiente, com a Terra Mãe, também prioridade para as comunidades e que precisa ser incorporado ao projeto de uma nova sociedade. De um lado tem-se o desenvolvimento industrial e, do outro, pessoas que estão preocupadas com uma agricultura que não permite agrotóxicos, não degrada, e diversificada. É um modelo de agricultura que dá autonomia, não explora, é participativa, sem concorrência, fonte de uma alimentação saudável. Traz benefícios tanto para as famílias que plantam como para a população em geral. É uma preocupação com o coletivo muitas vezes interpretados de forma adversa, sendo que “lamentavelmente não possui ainda uma base social suficientemente forte para triunfar sobre o modo de produção industrial e sobre a cultura capitalista” (L. BOFF, 2012a, p.57).

Neste jeito de ser Igreja, as CEBs, uma Igreja em movimento, e as comunidades vivendo sua eclesialidade de forma dinâmica, não seguindo receitas, porém, valorizando a tradição da Igreja. “Leigos e leigas assumem o protagonismo, ministras e ministros são os principais mediadores do sagrado [...] presidem as celebrações, pregam, animam a caminhada” (MERCEDIS DIEZ, 2012, p.124). Segundo Padre Daniel (2012, p.34), a liturgia constitui-se como integrante da espiritualidade das CEBs e

difere da tendência de mero cumprimento de ritos em horários determinados e padronização estética, ela está em toda a vida. No dia a dia das orações da comunidade, no modo de vestir, na mística dos encontros, nos cartazes, nos cantos da caminhada, na poesia. [...]. A arte e a vida na liturgia têm o poder da Palavra, esta revelada nos símbolos e no encanto; elas tocam todos os sentidos, têm cheiro, cor, sabor, beleza e som.

Estão engajadas em todas as celebrações festivas inseridas no calendário litúrgico, são momentos de comunhão em que vivem intensamente sua fé, cultivando sua espiritualidade na perspectiva de seguir Jesus Cristo, estas experiências os mantêm fortes e comprometidas ao projeto do anúncio da Boa Nova do Reino de Deus. Com dimensão profética, outro momento muito importante para as comunidades é a Celebração dos Mártires da caminhada, cujos atos de coragem continuam ecoando

para levar a Boa Notícia de vida que está intrínseca no Evangelho. Momentos como estes tornam viva a luta libertadora dos que ajudaram a causa do Reino. Conforme Libânio (2012d, p.150)

muitos deram sua vida nessa luta libertadora. O sangue dos mártires é penhor de futuro, sinal de esperança. Mártires que lutavam pela justiça social, coluna fundamental do Reino de Deus, outras não cristãs também associaram-se à luta e por ela morreram.

Segundo L. Boff (1983 apud LIBANIO, 2012e, p. 151) são chamados Mártires do Reino de Deus.

Morre-se não apenas em nome da fé cristã explícita, nem apenas em razão da prática derivada da fé. São muitos que entregam suas existências em processos sociais de mudança que vão na direção de maior participação e justiça para todos...Eles se constituem como referências maiores que animam o espírito revolucionário ou a construção da nova sociedade. Estes escolheram o mais difícil e possuem uma dignidade, independentemente de qualquer referência religiosa.... Estimamos que com toda a pertinência teológica podem ser chamados, verdadeiramente e não por eufemismo, de mártires... Não são mártires da fé cristã; não são heróis da Igreja; são mártires do Reino de Deus, mártires daquela causa que foi a do Filho de Deus quando passou entre nós. Ajudaram na história na realização da política de Deus

Na caminhada do Povo de Deus são relevantes os encontros Intereclesiais, pois reúnem povos, línguas, raças e nações. É um lugar para partilhar a vida, saberes, vivência de fé, experiências e compromisso de ação com a política de Deus. Conforme Beozzo (2012c, p. 26) “esses Encontros Intereclesiais recolheram e enfatizaram alguns elementos estruturais das comunidades de base aqui no Brasil ou respostas corajosas e proféticas que as comunidades deram aos desafios da conjuntura”. Recentemente, foi realizado na Diocese de Crato Juazeiro do Norte – CE, de 07 a 11/01/2014, o 13º Intereclesial das CEBs, com o tema “Justiça e Profecia a Serviço da Vida”, e o lema, “CEBs romeiras do Reino no campo e na cidade”. De acordo com Padre Josenildo F. de Lima (2012, p. 73-74), que atualmente trabalha na Paróquia São João Batista em Jacumã – PB,

os Intereclesiais não são uma reunião de teólogos e especialistas em pastoral e missão, mas um encontro das comunidades com o protagonismo dos seus membros na diversidade dos serviços e ministérios em favor da vida, da libertação dos empobrecidos e da construção de uma nova sociedade. Acontecem com a presença maciça de leigos, leigas, religiosos, religiosas, padres, diáconos e bispos. [...] Os Intereclesiais denunciam a vivacidade das CEBs.

Essas comunidades, no compromisso com a realidade e a vida dos excluídos,

faz de todos protagonistas da sua própria realidade cujo tripé é a fé, o culto e a caridade. Suas ações procuram dar voz e vez para viverem sua dignidade humana e ocuparem seus lugares na ordem econômica, social, e política. “Sua existência e atuação são uma denúncia da iniquidade social que rouba dos pobres sua voz e sua vez” (CNBB doc. 25 n. 92). O caminho das CEBs é o caminho da vida e neste caminho duas ciências: teologia e bioética fazem-se presentes. Uma teologia, que “intenta em recuperar o sentido dos sem-sentido, aqueles provocados por contexto de opressão, pedindo ação libertadora” (LIBANIO; MURAD, 2003a, p.170). A teologia ilumina a pastoral, fornece conceitos, e instrumental teórico que ajudam a fé a purificar-se para se poder ler através desta fé qualquer realidade humana. A dimensão social da fé procede do Evangelho social de Jesus Cristo, e à luz deste Evangelho é que se oferece princípios orientadores para a construção de uma sociedade alicerçada na justiça e na promoção do bem comum. De acordo com Moser (1996a, p. 80) “a fé apresenta implicações sociopolíticas inegáveis. Sem isso a caridade e a Justiça não seriam as chaves da implantação do Reino”.

Uma bioética que “valorize o sentido que as pessoas atribuem às suas próprias vidas, percebendo que há nisso um valor antropológico fundamental: a necessidade de que a vida humana faça sentido” (SANCHES, 2004, p. 57). “Uma bioética capaz de assumir um consequencialismo solidário alicerçado na superação da desigualdade” (GARRAFA; PORTO, 2003a, p. 44).

3- UM OLHAR À TEOLOGIA E À BIOÉTICA

“A Teologia cristã experimentou, no decorrer dos tempos, vários caminhos e multiformes expressões. Sua história está intimamente ligada à História da Igreja e das sociedades” (LIBANIO; MURAD, 2003b, p. 111). Com o Vaticano II, as conquistas teológicas foram preciosas, que além de recepcionar o processo de renovação teológica do século XX, estimulou o diálogo Igreja - Mundo, uma abertura para o mundo em toda a sua complexidade socioeconômica, política e religiosa, e um empenho em assimilar as grandes coordenadas das ciências humanas.

A partir dessa teologia tem-se a apropriação das ciências sociais e humanas como mediação científica nas produções teológicas cristãs católicas e também

protestantes, e desta forma poder perceber nesta Teologia uma ciência que seja capaz de ter uma compreensão integral da realidade. A leitura desta realidade aponta para sua complexidade e interdependência da vida no mundo, incluindo a preservação e a proteção da vida humana e dos seus direitos, de sua dignidade, a relação e inter-relação entre as diferentes formas de vida e da pessoa humana com suas formas de convivência e de cuidados.

A bioética vem como desdobramento, voltado diretamente à defesa da vida e sua dignidade frente aos avanços técnicos e científicos ligados ao mundo da saúde, e hoje, além do mundo da saúde, se torna um dos campos que tem contribuído para consolidar a consciência de que se necessita de uma “ética da vida”. Segundo Sanches (2013, p. 30) em bioética,

a preocupação com os mais fracos pode ser explicitada sem parecer demagoga, pois seria contraditória uma reflexão ética que se colocasse a serviço do poder econômico, independentemente de esse serviço promover sofrimento ou não. [...] Cabe evidenciar um enfoque que possibilite compreender que as áreas a qual cada indivíduo se dedica – bioética, medicina, biologia, teologia e outras – são servas da sociedade, e não realidades que existem independentes. O progresso [...] só se justifica quando se torna instrumento para incluir todos os seres humanos entre seus beneficiários, e para isso, prioriza o mais fraco, aquele que está excluído.

Porém, convém ressaltar que “foi a Igreja Católica, pela reflexão da Teologia da Libertação, que mostrou à bioética a necessidade de se preocupar com os problemas sociais e de contribuir com sua reflexão bioética no respeito aos valores éticos fundamentais” (CNBB, 1993, 41-74). “Uma tomada de consciência das contradições existentes no Terceiro e Quarto Mundos, onde riqueza e pobreza, abundância e miséria, atraso e progresso, andam lado a lado” (MOSER, 1996b, p.64).

A partir de um olhar mais atento da bioética, para Garrafa e Porto (2003b, p. 35), certos questionamentos foram trazidos para a pauta dos debates mundiais, até então considerados irrelevantes pelas abordagens tradicionais em que os

problemas persistentes constatados no cotidiano dos países periféricos como a exclusão social e a concentração de poder, a globalização econômica internacional e a evasão dramática de divisas das nações mais pobres para os países centrais; a inacessibilidade dos grupos economicamente vulneráveis às conquistas do desenvolvimento científico e tecnológico; a desigualdade de acesso das pessoas pobres aos bens de consumo básicos e indispensáveis à sobrevivência humana com dignidade, entre outros aspectos – passaram a ser parte obrigatória da pauta dos que desejam trabalhar com uma bioética transformadora, comprometida e

identificada com a realidade dos chamados países “em desenvolvimento”.

Para estes autores (2003c, p.37) “a bioética surgiu para reforçar o lado mais frágil de qualquer inter-relação historicamente determinada”. Neste viés, a bioética se apresenta sob duas propostas: de intervenção e de proteção.

Na bioética de intervenção várias situações são trazidas à tona em que espelham as discrepâncias sociais, conflitos morais, que revelam, também, a absoluta ausência de ética, que servem de pano de fundo para uma sociedade em que privilegiados são incluídos, e desprivilegiados são excluídos.

Tendo em vista os avanços tecnológicos e científicos, “o capitalismo transformou as sociedades em meros mercados e as moralidades tornaram-se obstáculos a seu projeto de crescimento ilimitado” (GARRAFA; PORTO, 2003d, p. 39). Quem dita as regras ou define prioridades é o mercado, cujo fator determinante é o lucro, o que muda completamente o caráter das relações humanas. “As desigualdades da maioria da população mundial a uma existência digna, revelam absoluta ausência de ética” (GARRAFA; PORTO, 2003e, p. 37).

Diante de várias questões éticas, “faz-se necessário um novo enfoque bioético, baseado em práticas intervencionais, diretas e duras, que instrumentalizem a busca da diminuição das iniquidades” (GARRAFA; PORTO, 2003f, p. 38).

Parafraseando Sobrino (2008a, p.49) “a realidade da pobreza lança um questionamento radical e englobante à consciência humana”. Este questionamento propõe uma reanálise frente aos diferentes dilemas entre os quais: “autonomia versus justiça/equidade; benefícios individuais versus benefícios coletivos; individualismo versus solidariedade; omissão versus participação; mudanças superficiais e temporárias versus transformações concretas e permanentes” (GARRAFA; PORTO, 2003g, p.36).

“A busca da equidade, o reconhecimento de necessidades diversas em sujeitos também diferentes para atingir objetivos iguais são um dos caminhos da ética prática diante da necessidade de expandir o acesso aos direitos humanos universais” (GARRAFA; PORTO, 2003h, p. 38). Este caminho é o ponto de partida para a

igualdade, e o ponto de chegada da justiça social, referencial dos direitos humanos mais elementares, cujo objetivo futuro é o reconhecimento da cidadania.

A bioética de intervenção, busca fomentar a consciência individual para se alcançar o empoderamento social na construção de uma sociedade mais justa. Segundo Garrafa (2005, apud Dora Porto, 2012 p. 115) em um de seus trabalhos ressalta a importância de

considerar as necessidades do todo social quando se almeja uma sociedade cidadã, identificando os processos de libertação, empoderamento e emancipação como fundamentais no delineamento de políticas públicas destinadas a promover equidade e justiça. Ao afirmar que o Estado deve promover a inclusão, este trabalho aponta em direção à cidadania, sublinhando que aquilo que a bioética de intervenção caracteriza como Estado forte não decorrente de imposição autocrática da ordem, como faz qualquer Estado totalitário, mas da noção de justiça para todos, que emana do povo na vida social e se expressa no ordenamento jurídico.

A noção de vulnerabilidade também é utilizada por Kottow (2003a, p.71) quando afirma que “ser vulnerável significa estar suscetível a, ou em perigo de, sofrer danos”. Sendo mais específico em seus conceitos diz que:

a vulnerabilidade intrínseca da existência humana é até certo ponto protegida pela sociedade. Afora essa vulnerabilidade, os seres humano são afetados por vulnerabilidades circunstanciais em decorrência da pobreza, da falta de acesso à educação, das doenças e da discriminação. A destituição impede as pessoas de atender às suas necessidades e realizar seus desejos, predispondo-as a infortúnios adicionais. A privação restringe as capacidades e a liberdade. A bioética tem particular preocupação com essa vulnerabilidade por causa dos riscos que correm as pessoas vulneráveis de serem prejudicadas pela exploração [...]. As ações que envolvem exploração são moralmente erradas porque desconsideram ou prejudicam os interesses dos fracos.

Conforme afirma Sobrino, Ellacuría

conhecia os grandes males que existem no mundo da pobreza, e os males que os pobres cometem, por sua condição humana, pela inclinação ao que as carências produzem, por introjetar o desumanizante da civilização da riqueza, o fazem forçados e enganados ou de bom grado. (JON SOBRINO, 2008b, p. 40).

Para Kottow (2003b, p. 73) a vulnerabilidade constitui uma preocupação para a bioética. “Deve-se poder esperar que a reflexão bioética detecte e condene tudo o que maltrate as pessoas vulneráveis ou predispostas”. Afirma que “o vulnerável sofre de necessidades não atendidas, o que o torna frágil, predisposto a sofrer danos perpetrada pelos mais fortes”.

No contexto da bioética, a exploração é definida como utilização para fins

egoístas, ou em função de adquirir capital, de uma ação ou situação, que beneficiam o agente e desconsideram os interesses dos explorados. (KOTTOW, 2003c, p. 73). Macklin (2004a, p. 61) afirma ser necessário um efetivo mecanismo de supervisão da pesquisa.

A bioética de proteção, é voltada para um mundo que indivíduos e populações não conseguem enfrentar a sua condição existencial de “vulnerável” com seus próprios meios ou com os meios oferecidos pelas instituições existentes e atuantes, sem incorrer em práticas paternalistas questionáveis (SCHRAMM, 2012, p.132). Para tanto faz-se necessário uma preocupação no sentido de propor medidas concretas para proteger concretamente os desamparados, fornecendo-lhe os meios para sair da condição de vulneração. (SCHRAMM, 2013, p.136).

A opção preferencial pelos pobres e excluídos é uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja [...] (DAP 2013, p. 177). O Papa Francisco na *Evangelii Gaudium* (199, p. 120) diz que a opção preferencial pelos pobres não consiste exclusivamente em ações ou em programas de promoção e assistência, [...] mas primariamente uma atenção prestada ao outro considerando-o um só consigo mesmo, uma verdadeira preocupação com a pessoa e a partir dela, o desejo de procurar o seu bem. Para L. Boff (2012b, p.103), o cuidado somente surge “quando a existência de alguém tem importância. Passando então a dedicar-se à pessoa, dispondo-se a participar de seu destino, de suas buscas, de seus sofrimentos e de seus sucessos, enfim, de sua vida”. Na interface desta realidade com a bioética, consolida-se uma consciência de que se necessitam implementar políticas, programas que priorizem o direito à vida e a sua dignidade, a “todos aqueles incapazes de proteger seus próprios interesses” (MAKLIN, 2004b, p.60).

A Igreja como Mãe e Mestra, através da Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, (30, 2011, p.492) aponta

que os deveres de justiça e de caridade só serão satisfeitos na medida em que cada um se puser a serviço das necessidades dos outros e que as instituições públicas ou privadas, promoverem e incentivarem tudo o que contribua para a melhoria das condições de vida de todos.

Usando os conceitos do Documento de Aparecida (2013, p. 180) “a opção pelos pobres deve envolver uma verdadeira promoção humana, deve ser integral, isto é,

promover todos os homens e o homem todo”. E ressoam neste contexto palavras de Ellacuría (apud Sobrino,2008c, p. 120):

a grande tarefa salvífica é, então, evangelizar os pobres para que a partir de sua pobreza material alcancem a consciência e o espírito necessário, primeiro para sair de sua indigência e opressão, segundo para terminar com as estruturas opressoras, terceiro para instalar céus novos e terra nova, onde o compartilhar prima sobre o acumular, onde haja tempo para escutar e alegrar-se com a voz de Deus no coração da história humana. [...].

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs constituem uma importante experiência da Igreja Católica na América Latina. O Documento de Aparecida (2013, 178;179) afirma que

as CEBs têm sido escolas que têm ajudado a formar cristãos comprometidos com sua fé, discípulos missionários do Senhor, como o testemunha a entrega generosa, até derramar o sangue de muitos de seus membros.[...]. Demonstram seu compromissivo evangelizador e missionário entre os mais simples e afastados, e são expressão visível da opção preferencial pelos pobres.

A sua essência é de serem para os pobres, viverem cotidianamente sua fé, um compromisso com a Igreja, compromisso com a vida social em transformar suas estruturas, e uma vivência Bíblica comprometida. A vitalidade das CEBs motiva uma vivência de comunhão, relações de igualdade, a partilha da vida, uma ética de salvaguardar o bem de todos. Trazem em seu núcleo o protagonismo dos leigos para essa missão, que é viver a partilha, porque são encarnadas na realidade dos vulneráveis que sofrem e que lutam por melhores condições de vida. No eixo de todas as temáticas está a preocupação com a proteção da vida humana, de seus direitos e da sua dignidade, bem como de todo o planeta.

Esta maneira de agir faz parte de sua caminhada, porque este é o jeito de ser Igreja, estar no meio dos empobrecidos, comunidades abertas ao diálogo e à inclusão, onde todos participam do banquete. Neste ambiente de práxis libertadora, e de vivência espiritual, as vaidades pessoais, a mentalidade de competição, não se sobrepõem porque a preocupação é para o bem maior, que é contemplar a realidade do outro. Os esforços são imensuráveis para que cada um tenha vez e voz.

A maneira como as CEBs se organizam não é restrita a um grupo, mas sim a de abranger um grupo maior ou ele todo. Entretanto, faz-se necessário falar mais sobre as

CEBs dentro das comunidades, incorporar os jovens, fazer a todos protagonistas no cotidiano de suas comunidades engajando-os nas lutas populares, porque apesar de todo empenho tem gente que não as conhece em sua essência, mas só de um ouvir dizer. Entretanto,

para que os seres humanos obedeçam rigorosamente à sua consciência em relação a si mesmos e aos grupos sociais de que são membros, precisam ser cuidadosamente educados numa ótica cultural mais ampla, com todos os recursos de que hoje dispõe o gênero humano [...] Trata-se de um nível de responsabilidade que requer, para todos, condições de vida correspondentes à dignidade humana e à sua vocação de se consagrar a Deus e ao próximo (GS 31, 2011, p.492).

Dentro deste contexto em que ser vulnerável significa estar suscetível a, ou em perigo de, sofrer danos, (Kottow, 2003d, p. 72) bioética e teologia caminham juntas, dialogam, se complementam. Em seu artigo “Conciliando ciência e religião”, Marcelo Gleiser (2006, p. 9) afirma,

[...] acho extremamente ingênuo imaginar ser possível um mundo sem religião. Ingênuo e desnecessário. A função da ciência não é tirar Deus das pessoas. É oferecer uma descrição do mundo natural cada vez mais completa, baseada em experimentos e observações que podem ser repetidos ou ao menos constatados por vários grupos. Com isso, a ciência contribui para aliviar o sofrimento humano, seja ele material, seja de caráter metafísico.

Conforme Sanches (2008, p. 40) “ciência e religião precisam ser vistas como servas da humanidade, ambas precisam tornar a vida humana mais viável e mais cheia de sentido”. [...]. A ciência, dialogando com a religião, compreenderá que esta é a grande oportunidade de realizar o desejo de Deus: aliviar o sofrimento humano.

Para a bioética de intervenção a busca da igualdade, é o ponto de chegada da justiça social, referencial dos direitos humanos mais elementares, cujo objetivo futuro é o reconhecimento da cidadania (GARRAFA; PORTO, 2003i, p. 38). A bioética de proteção fundamenta-se no princípio da responsabilidade social priorizando os vulnerados, preservando a dignidade humana. As experiências cristãs dão suporte às comunidades com uma bioética de intervenção utilizando-se ferramentas da bioética de proteção. Isto está presente na celebração litúrgica e na vivência evangélica expressa nas Comunidades Eclesiais de Base.

5- REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Nilo. Bioética: delimitações protetoras da vida. In: **Communio**. Revista Internacional Católica. Rio de Janeiro, v. 18, n.87, 2003, p. 137-158.

BEOZZO, José Oscar. As CEBs e seus desafios hoje: Um olhar sobre a conjuntura e a história. In OROFINO, Francisco; COUTINHO Ricardo S; RODRIGUES Solange S. (Orgs). **CEBs e os desafios do mundo contemporâneo**. São Paulo: ISER Assessoria; Paulus, 2012a,b,c, p. 11-30.

BOFF, Clodovis. Provocações sobre o presente e o futuro das CEBs. In: **Revista Vida Pastoral** – São Paulo, Nov. – Dez., 2000, p. 7-17.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**. O que é – O que não é. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2012a,b.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2012.

CELAM. **Documento de Aparecida**. Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino- Americano e do Caribe. Brasília – São Paulo: Ed. CNBB – Paulus – Paulinas, 2013.

CELAM. **Conclusões da Conferência de Puebla**. Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano. São Paulo: Paulinas, 1979

CNBB. Doc. 25. **Comunidades eclesiais de base na igreja do Brasil**. São Paulo: Paulinas (Coleção azul), 1982.

CNBB. Doc. 100. **Comunidades de Comunidades: Uma nova paróquia**. A conversão pastoral da paróquia. São Paulo: Paulinas (Coleção azul), 2014a,b.

CNBB. XXXI Assembleia Geral. **Ética: Pessoa e Sociedade**. In: **SEDOC**. 26, 1993, n. 1-37, p. 41-74.

CONCILIO VATICANO II. 1962-1965. Vaticano II: Mensagens, Discursos, Documentos. São Paulo. Edições Paulinas, 2011. p.492

_____. **Gaudium et Spes**. Constituição pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no mundo de hoje, p. 470-549

DIEZ, Mercedes de Budallés. Um testemunho sobre a vida das CEBs no Centro-Oeste. In OROFINO, Francisco; COUTINHO Ricardo S; RODRIGUES Solange S. (Orgs).

CEBs e os desafios do mundo contemporâneo. São Paulo: ISER Assessoria; Paulus, 2012, p. 119-134.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* - A alegria do Evangelho** (Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual). São Paulo: Paulus; Loyola, 2014.

GARRAFA, Volnei; PORTO, Dora. Bioética poder e injustiça: por uma ética de intervenção. In GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leocir. **Bioética: Poder e Injustiça.** São Paulo: Edições Loyola; Centro Universitário São Camilo; Sociedade Brasileira de Bioética, 2003a,b,c,d,e,f,g,h,i, p. 35-44.

GLEISER, MARCELO. **Conciliando ciência e religião.** Folha de São Paulo. Caderno mais Ciência. 25/06/ 2006 p. 9.

KOTTOW, Michael H. Comentários sobre Bioética, Vulnerabilidade e Proteção. In: GARRAFA, Volnei e PESSINI, Leocir. **Bioética: Poder e Injustiça.** São Paulo: Loyola, 2003a,b,c,d, p. 71-78.

LIBANIO, João B. **Cenários da Igreja – Num mundo plural e fragmentado.** São Paulo: Edições Loyola, 2012a,b,c,d,e.

LIBANIO, João B; MURAD, Afonso. **Introdução à Teologia – Perfil, Enfoques, Tarefas.** São Paulo: Edições Loyola, 2003a,b.

LIMA, Josenildo F. de Pe. A Crise das CEBs – Entre a perseguição e o martírio, a fidelidade aos pobres. In OROFINO, Francisco; COUTINHO Ricardo S; RODRIGUES Solange S. (Orgs). **CEBs e os desafios do mundo contemporâneo.** São Paulo: ISER Assessoria; Paulus, 2012, p.71-84.

MACKLIN, Ruth. Bioética, Vulnerabilidade e Proteção. In GARRAFA, Volnei e PESSINI, Leo. **Bioética: Poder e Injustiça.** São Paulo: Sociedade Brasileira de Bioética, Centro Universitário São Camilo, Edições Loyola, 2004a,b, p. 59-78.

MENEZES, Daniel Higino L. de Pe. CEBs do Vaticano II a Aparecida. In OROFINO, Francisco; COUTINHO Ricardo S; RODRIGUES Solange S. (Orgs). **CEBs e os desafios do mundo contemporâneo.** São Paulo: ISER Assessoria; Paulus, 2012, p.31-56.

MOSER, Antonio. **Teologia Moral: Impasses e Alternativas.** Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 1996a,b.

PESSINI, Leo. A espiritualidade Interpretada pelas Ciências e pela Saúde. In PESSINI, Leo; BARCHIFONTAINE Christian de P. de (Orgs). **Buscar Sentido e Plenitude de Vida – Bioética, Saúde e Espiritualidade**. São Paulo: Paulinas; Centro Universitário São Camilo, 2008, p. 45-62.

PORTO, Dora. Bioética de Intervenção: retrospectiva de uma utopia. In: PORTO, Dora; GARRAFA, Volnei; MARTINSE, Gerson Z.; BARBOSA, Swendenberger do N. (Orgs). **Bioéticas, Poderes e Injustiças 10 anos depois**. Brasília: Conselho Federal de Medicina; Cátedra Unesco de Bioética/UNB; Sociedade Brasileira de Bioética, 2012, p. 109-125.

SANCHES, Mário A. **Bioética: Ciência e Transcendência**. São Paulo: Loyola, 2004.

SANCHES, Mário A. O diálogo entre Teologia e Ciências Naturais. In PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE, Christian de P. de (Orgs). **Buscar sentido e plenitude de vida – Bioética, Saúde e Espiritualidade**. São Paulo: Paulinas, Centro Universitário São Camilo, 2008, p. 29-43.

SANCHES, Mário A. **Reprodução assistida e bioética – Metaparentalidade**. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2013.

SCHRAMM, Fermin R. É pertinente e justificado falar em bioética de proteção? In: PORTO, Dora; GARRAFA, Volnei; MARTINSE, Gerson Z.; BARBOSA, Swendenberger do N. (Orgs). **Bioéticas, Poderes e Injustiças 10 anos depois**. Brasília: Conselho Federal de Medicina; Cátedra Unesco de Bioética/UNB; Sociedade Brasileira de Bioética, 2012, p. 127-141.

SOBRINO, Jon. **Fora dos pobres não há salvação**. São Paulo: Paulinas, 2008a,b,c.

Submetido em 15 de agosto de 2014
Aprovado em 14 de outubro de 2014